



BRASIL E PORTUGAL: aproximações no Serviço Social da gênese ao gênero

BRAGA, Cilene Sebastiana da Conceição
TEIXEIRA, Maria Santana dos Santos Pinheiro
AMARO, Maria Inês Martinho Antunes

RESUMO:

O presente trabalho explicita o contexto histórico da gênese e do gênero no Serviço Social do Brasil e de Portugal. Tem como objetivo refletir sobre algumas aproximações existentes entre o Serviço Social brasileiro e o Português, trazendo em seu contexto geral dois pontos fundamentais que são a gênese e o gênero presentes na profissão nos dois países. Essas reflexões apresentadas são resultados de estudos realizados junto ao projeto de pesquisa intitulado: Serviço Social e Famílias: análise das demandas postas aos Assistentes Sociais do Brasil e de Portugal que discute os impactos das medidas de austeridades adotadas nos dois países. A pesquisa é fundamentada no método crítico dialético que possibilita uma leitura crítica da realidade, nas relações sociais, numa perspectiva de totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; gênese; gênero.

1. INTRODUÇÃO:

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre algumas aproximações existentes entre o Serviço Social brasileiro e o Português, trazendo em seu contexto geral dois pontos fundamentais que são a gênese e o gênero presentes na profissão nos dois países. No que diz respeito a gênese do Serviço Social observa-se que esses dois países apresentam similaridades. Primeiro pelo contexto histórico de colonização, pois revela algumas aproximações mesmo o Serviço Social tendo sido iniciado nesses países em contextos diferentes. A segunda similaridade, diz respeito a temática de gênero que é algo primordial no Serviço Social, pois, encontra-se enraizada da gênese da profissão até a atualidade onde a maioria dos/as profissionais são compostas predominantemente por mulheres, além disso, a atuação profissional é desenvolvida junto a um segmento também composta por usuários em sua maioria mulheres. Essas reflexões apresentadas são resultados de estudos realizados junto ao projeto de pesquisa intitulado: Serviço Social e Famílias: análise das demandas postas aos Assistentes Sociais do Brasil e de Portugal que discute os impactos das medidas de austeridades adotadas nos dois países. Os procedimentos adotados para



realização desse estudo foram pesquisas bibliográficas. Sendo que a pesquisa é fundamentada no método crítico dialético que possibilita uma leitura crítica da realidade, nas relações sociais, numa perspectiva de totalidade, levando em conta a essência dos fenômenos sociais e de suas determinações.

2. A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A origem do Serviço Social no Brasil deu-se na década de 30, em um contexto histórico de industrialização e urbanização, marcado por inúmeras transformações, dentre as quais a mudanças econômicas onde o país passava por uma transição de uma economia agrária para uma industrial, e assume um mercado de trabalho capitalista, que esta amadurecendo nas grandes metrópoles. Neste sentido inúmeras pessoas tiveram que deixar o campo para iniciar uma nova vida na cidade, devido a falta de emprego. Todas essas mudanças contribuíram para o crescimento do mercado industrial, das populações urbanas e da ampliação de trabalhadores assalariado acarretando o surgimento da questão social que assim é definida por IAMAMOTO:

A questão social expressa portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnicas raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e do poder estatal. (IAMAMOTO, 2001, p. 16)

Esse novo modelo de produção capitalista vem acompanhado da exploração da força de trabalho que é transformada em mercadoria. Com isso temos o aumento do desemprego, baixos-salários, condições de insalubridade, longas jornadas de trabalho, exploração e etc. sem contar que a partir desse momento somente a força de trabalho do operário não é suficiente para garantir sua sobrevivência.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006, p. 129) “a pressão salarial força a entrada no mercado de trabalho das mulheres e das crianças de ambos os sexos em idade extremamente prematura”, a partir de então somente a força de trabalho do operário, não era suficiente para sua sobrevivência, teve que contar com a venda da força de trabalho de sua família, esposa e filhos, que terão que se submeter na mesma jornada de trabalho, sem direito as férias, salário mínimo ou qualquer outro benefício garantido por Lei.

Frente a toda essa situação de desigualdades e péssimas condições de trabalho e de vida, a classe operária se organiza juntamente com os movimentos sociais e faz pressão contra o Estado reivindicando melhorias de condições de trabalho e mudanças nesse quadro de trabalho. Surgem nesse momento Ligas Operárias e Sindicatos objetivando a luta pelos interesses coletivos da classe operária.



É exatamente nesse contexto de desigualdades e reprodução da pobreza e da riqueza que na sociedade tem-se o surgimento do serviço social que segundo Cisne (2015, p. 35) essa origem encontra-se intimamente relacionada com a consolidação do sistema capitalista e permeada de contradições sociais em suas expressões de exploração e de alienação. Essa criação tem influência da Igreja Católica e também franco - belga e norte – americana e ao mesmo tempo nasce não apenas para “uma racionalidade de assistência social, numa perspectiva de caridade, [...], mas das condições histórico-sociais na ordem monopólica, nos processos econômicos, sociopolíticos e teóricos-culturais” (Neto, 1996 Apud CISNE, 2015, p.37)

É uma profissão que nasce com o objetivo de efetivar o projeto de uma classe hegemônica; a burguesa, com um caráter conservador e regulador, usada estrategicamente para exercer o controle social, validará em suas práticas a repressão e o controle, por este motivo estará a serviço da classe dominante e ajudará na consolidação do sistema capitalista e por isso torna-se um importante instrumento da burguesia.

Em 1932 foi criado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com um caráter filantrópico mantido pelas classes dominantes paulistas. A partir daí iniciou-se o curso Intensivo de Formação Social para Moças promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho, ministrado por Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas.

Em 1936 é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, onde mais tarde veio a ser a primeira Faculdade de Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). No Rio de Janeiro o Serviço Social foi criado em 1938, por assistentes sociais paulistas recém-formadas na Bélgica, com o curso regular da Escola de Serviço Social, sob a orientação de leigos. Em seguida já na década de 40 o Serviço Social começa a expandir-se para outros estados, surgindo várias Escolas de Serviço Social espalhadas pelo país. Do ano de criação do Serviço Social 1932 há 1959 foram criadas 28 Escolas de Serviço Social. E todas elas “surgem com um departamento especializado da Ação Social e da Ação da Igreja Católica papel político e social da Igreja”. (IAMAMOTO e CARVALHO 2006, p.222). As primeiras estudantes de Serviço Social foram exclusivamente mulheres. As escolhas ocorriam por meio de estudos de perfil, as estudantes deveriam ser mulheres e ter forte relação com a igreja católica.

Na década de 40, especificamente no ano de 1946, temos a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) que visava consolidar a profissão do Serviço Social. No ano seguinte no dia 29 de novembro foi aprovado na Assembleia Geral



da Associação brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), que aconteceu em São Paulo, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. E no mesmo ano 1947 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Serviço Social em São Paulo, promovido pelo Centro de Estudo e Ação Social (CEAS). É importante ressaltar que nas décadas de 40-50, o Serviço Social brasileiro foi norteado pela influência norte-americana de Mary Richmond, onde as ações eram orientadas pelos Serviço Social de caso, de grupo e comunidade.

A década de 50 foi marcada por duas datas fundamentais como o reconhecimento do ensino de Serviço Social em 1953 e a regulamentação da profissão em 1957, com a Lei nº 3.252, sendo aprovada pelo decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Já na década de 60, observou-se uma maior organização da profissão com a criação do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), que foram “criados para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e do presente Código”. (CÓDIGO DE ÉTICA de 1965, p.01)

Nesse período até a década de 70 acontece o Movimento de Reconceitualização que diante da conjuntura sócio-política interpela a profissão a refletir sobre sua ação e ao mesmo tempo questionar-se em torno dos princípios que norteavam a profissão. E esse é um momento muito importante para a profissão, pois aconteceram mudanças significativas na profissão, percebe-se que as medidas filantrópicas, assistencialistas, orientadas pela vertente funcionalista e positivista, baseada na normatização, na moral e regulação teriam que ser revistas. O Serviço Social precisava de uma nova identidade profissional. Nesse momento é introduzido nos cursos de serviço social a teoria marxista.

No ano de 1975 novamente se tem um novo código de ética profissional dos Assistente Social e em 1979 acontece o Congresso da Virada que foi um marco histórico no Serviço Social do Brasil, objetivando repensar questões referentes a profissão e elaboração de estratégias para qualificar a formação e o exercício profissional.

Em 1986 tem-se outro código de ética aprovado, com uma nova configuração, trazendo em seu bojo um grande e importante diferencial que é o engajamento e participação nos movimentos sociais e na luta dos trabalhadores e o compromisso com os mesmos. No final da década de 80 e início de 90, a sociedade tem significativos avanços no que tange aos direitos humanos e sociais com a Constituição de 1988, que foi um marco na história do Brasil, com um tripé na seguridade social (previdência, saúde e assistência).

Em 1993 foram alteradas a Lei nº 8.662 de regulamentação da profissão e o Novo Código de ética que rege a profissão até a atualidade. Já a Assembleia Geral extraordinária da ABESS, de 08 de novembro de 1996, foi elaborado as Diretrizes Curriculares para o



Curso de Serviço Social. Esse documento se configura algo muito importante para a profissão pois estabelece “uma base comum, no plano nacional, para cursos de graduação em Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno”. (ABEPSS, 1996, p.06)

A partir desses contextos o Serviço Social continua passando por inúmeras transformações até chegar na atual conjuntura norteador por uma corrente teórica marxista, buscando a garantia intransigente dos direitos dos usuários e a emancipação humana.

3. A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

O Serviço Social em Portugal teve início num contexto ditatorial. Mouro, Marques e Martins (1999) descrevem que o Serviço Social em Portugal foi institucionalizado num quadro político e ideológico ditatorial e na contradição das ideias conservadoras e progressistas.

A institucionalização da formação e da profissão do Serviço Social iniciou-se com a abertura da primeira Escola do Serviço Social em 1935 no Instituto de Serviço Social de Lisboa (ISSL) e uma segunda Escola em Coimbra em 1937, denominada escola normal. (Carvalho, Pinto Apud Moura, 1999). Para a fundação da Escola de Lisboa vieram Assistentes Sociais da França, onde a formação era orientada pela teoria positivista, sob a doutrina da Igreja Católica e sob a influência franco-belga.

Da fundação até 1990 Portugal teve apenas três cursos. Pois era o tempo de um regime ditatorial-fascista que impedia a expansão da profissão.

Segundo Garnier (1999), citado por Carvalho e Pinho (2015, p.69) “O Serviço Social era obrigatoriamente feminino, dirigido a mulheres das classe burguesas” como no Brasil. Tinham que possuir um perfil vocacional e padrões morais associados à ideologia do Estado Novo. Essas mulheres teriam que ser solteiras e se fossem casadas teriam que ter o consentimento do marido para cursar a profissão. Segundo Carvalho e Pinto (2015) essa profissão associadas a elites servia para manter um quadro de desigualdades de direitos entre homens e mulheres. Com isso tornou-se um forte instrumento das ideias reformistas do projeto político de educação nacional: Deus, pátria e família.

Em 1950 foi introduzido o livro de Diagnóstico social de Mary Richmond (1917). Nessa década o Serviço Social teve significativas conquistas como a criação do Sindicato de Assistentes Sociais incluso educadoras familiares e outros profissionais de Serviço Social. Segundo Martins, (2003) citado por Carvalho e Pinho (2015,71) esses associados



tinham que defender os interesses da nação. Ainda nessa década em 1956 aconteceu a criação do terceiro curso deu-se no Instituto de Serviço Social do Porto (ISSP), fundado em plena ditadura Salazarista. Essa Escola tinha como objetivo dar uma resposta aos problemas sociais oriundos da industrialização. Desse período em diante as Escolas de Serviço Social poderiam formar três tipos de profissionais: monitoras, assistentes Sociais familiares e assistentes sociais. Sendo que toda a formação era orientada a cuidar dos problemas sociais, pois estava associado ao diagnóstico social e o Serviço Social de caso de Richmond.

Já na década de 40 e 50 alguns movimentos foram sendo criados para atuarem contra o regime, que contaram com a participação de algumas assistentes sociais. Esse foi um ponto positivo na história do Serviço Social em Portugal pois impulsionou a categoria a participar ativamente na luta contra o regime.

Na década de 60 o Serviço Social foi primeiramente considerado como curso de nível superior e depois reconhecido como curso superior começaram um processo de desvinculação religiosa. Em 1961 houve a criação do curso de Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ICSPU). Em 1967 o curso complementar de Serviço Social.

Em 1974 com o fim da ditadura e a implementação da democracia, a profissão obteve um novo perfil profissional. Buscando uma nova linha de atuação. Nesse mesmo ano foi criada a constituição democrática, com igualdade de direito para homens e mulheres. É importante ressaltar que “dos 81 anos do Serviço Social em Portugal, 39 foram em pleno período de ditadura fascista”.

Segundo Pinho e Carvalho (2015) a década de 70 e 80 foram marcadas por organização e lutas dos movimentos sociais, reivindicando melhores condições de vida. A partir desse período o Serviço Social criou o estatuto profissional, criou associações profissionais, carreiras, definição de conteúdos funcionais, reconhecimento e valorização da formação acadêmica, assim como com a reconfiguração dos diplomas para o grau de licenciaturas em 1989, pós-graduação: mestrado e doutorado. Como observamos foram inúmeras transformações e conquistas na vida dos/as Assistentes sociais a partir que se organizaram como classe.

4. SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO

Refletir sobre a temática de gênero é refletir sobre as relações existentes no sistema capitalista no qual retratamos no histórico do Serviço Social no Brasil e em Portugal. São



relações sociais voltadas para relações de produção de valores visando a acumulação do capital.

Essas relações existentes nesse sistema capitalista são desiguais e demonstram claramente as contradições existentes entre o capital e trabalho. São geradoras das desigualdades sociais, pois fundamentam-se pela exploração. Por isso refletir a temática de gênero é também refletir as categorias: classe e trabalho que foram abordadas por Marx no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Em sua origem o patriarcado tem a apropriação masculina sobre o corpo da mulher e segundo Prado (1985, p.55) citado por Cisne (2014, p.74) “impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão de obra abundante em seu próprio benefício” e com a afirmação de Saffioti (2004, p. 58) esse sistema fez com que as mulheres fossem vistas como “objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras”. Dessa forma esse controle do corpo e da vida das mulheres visava dois interesses. [...] “a garantia de controle sobre a prole. [...] garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta herança”. (CISNE, 2014, p.74) Toda essa apropriação, dominação, exploração no corpo da mulher era para a produção de riquezas e manutenção da propriedade privada.

Segundo Saffioti (2013) o aparecimento do capitalismo se dá, pois em condições extremamente adversas à mulher. Ela ainda relata que embora Marx não tenha realizado uma análise minuciosa da condição da mulher nas sociedades capitalistas, seus escritos demonstram que ele vislumbrava complexidade do assunto, pois trata a respeito da situação da mulher na família e na sociedade, onde as mulheres deixam de ser propriedade para ligarem-se ao modo de produção.

Nascimento (2007), nos recorda segundo Jurkewik (apud Gomáriz, 1992), que o termo feminismo procede do vocábulo *feminisme* de *feme*, mulher. É de origem francesa e seu uso remonta ao início do século XIX para indicar a defesa das mulheres e seus direitos. Essa organização ficou conhecida como sufragistas ou igualitárias, lutaram pelo direito ao voto, a melhores condições de trabalho e de vida. Esses movimentos tinham como bandeira de luta igualdade de oportunidades e direitos iguais. Neste sentido o conceito de gênero nos remete a história dos movimentos femininos que se organizam e mobilizaram lutando pelos direitos das mulheres. A partir desses movimentos foi possível que a sociedade olhasse para a questão de gênero num contexto de preconceito, violência, disparidades sociais marcadores das desigualdades sociais.



O tema gênero possui variáveis definições dentre as quais destacamos: “o gênero é tudo aquilo que une as mulheres, tudo aquilo que lhes é comum e próprio do gênero feminino. Mas, infelizmente [...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista”. (TOLEDO, 2001, p.09) Já Saffioti (2013, p. 191) assim define: “o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas”.

As relações de gênero são construções sociais que naturalizam relações desiguais entre homens e mulheres. Relações que se estabelecem em diversos âmbitos sociais, pois permeadas por relações de exploração e dominação, relações econômicas, sociais e sobretudo humanas.

Quando pensamos nessas desigualdades rapidamente nos reportamos para o início do século XIX, mas, em pleno século XXI ainda é possível encontrar sociedades onde mulheres são tratadas como mercadorias, e para muitos, essas situações de violências são vistas com naturalidade, pois é algo cultural. O machismo e sexismo sobrevivem nessa sociedade pós-moderna, pois cotidianamente é praxe escutar: isso é coisa de menino e de menina, mulher não pode isso ou aquilo. E de certa forma algumas mulheres ajudam nessa reprodução e perpetuação do machismo e do patriarcado, quando educam seus filhos e filhas, ensinando-lhes qual papel exercer na sociedade. Trata-se de um conjunto de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram continuamente, a partir de diferenças sexuais anatômicas e fisiológicas para a categoria gênero. O gênero é uma construção histórica que pode ser desconstruído. Essa construção não é imutável, pode sim se transformar de acordo com os avanços e lutas sociais e coletivas.

No Serviço Social verifica-se que ainda é preciso fortalecer o debate da categoria gênero tão cara a profissão. Pois quanto se trata da questão social, do trabalho, lá encontra-se permeando a temática do gênero. Já que o Serviço Social está inserido em uma divisão social e sexual do trabalho, tendo como base a subalternidade da mulher em relação ao homem. (BEZERRA E VELOSO, 2015, p. 162). No Serviço Social tem-se discutido sobre o gênero como as desigualdades entre homens e mulheres e a subordinação desta última da sociedade. E de determinados fenômenos sociais como: fome, violência, trabalho, saúde, cidadania etc. Visando elaborar propostas de melhorias de condições de vida das mulheres por meio de formulação e implantação de políticas públicas.

Por isso essa temática é tão importante para o Serviço Social, não somente por ser uma categoria profissional que congrega muitas mulheres Assistentes Sociais, mas, também



que atuam no meio das correlações de forças e diariamente se deparam com diversas expressões da questão social e que envolvem a temática de gênero como: violência contra mulher, abusos sexuais, tráfico humano, gravidez na adolescência, pobreza, abandono etc. E em todo esse contexto quem mais sofre é a mulher. Essas Assistentes Sociais assumem a profissão quando pela formação de forma articulada, consegui coletivamente no cotidiano da realidade onde encontram-se inseridas, buscar sempre novas formas de intervir na realidade com estratégias, acionando as redes, para a emancipação humana das usuárias e luta pela garantia de seus direitos.

5. APROXIMAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL NO SERVIÇO SOCIAL

Pelo contexto histórico da gênese do Serviço Social nos dois países: Brasil e Portugal pudemos observar que existe algumas aproximações em comum. A criação do Serviço Social no Brasil foi na década de 30, especificamente no ano de 1936 e em Portugal foi na mesma década no ano de 1935, a segunda Escola no Brasil foi criada em 1938 e em Lisboa 1937. Há influência religiosa de cunho da Igreja católica em ambos países e ao mesmo tempo uma influência franco - belga na formação profissional.

Quanto a conjuntura dos países, foram marcados pela ditadura e pelas expressões da questão social. O serviço social esteve em sua origem em ambos os países como um mediador entre o Estado e a classe trabalhadora, mas no sentido de forte instrumento de manutenção do sistema.

Vemos a categoria de gênero presente em ambas origens, pois o serviço social em sua gênese era desenvolvido somente por mulheres, cristãs e que pertenciam a uma classe a burguesa. E a assistência também é um ponto forte.

O sistema capitalista é o mesmo e, portanto, faz com que aja uma reprodução desse sistema por meio da exploração, capital e do trabalho e divisão de classes.

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Recordar a nossa história de vida, do grupo que pertencemos, família, amigos, trabalho é algo importante, pois recordar é trazer a mente todo o caminho trilhado e construído, com seus diversos momentos, fases ou etapas. No comum só lembramos o que é importante. E olhar para a gênese do Serviço Social no Brasil e em Portugal, é nos conceder a possibilidade de refletir sobre todo o processo histórico da profissão. Uma vida ou história não nasce pronta é preciso paciência, perseverança para ser construída. E olhar



para essa história a partir da gênese chegando até ao gênero é poder alegrar-se pelos limites e desafios superados, pelo legado construído e que está sempre avançando, se aperfeiçoando, se renovando e em construção num movimento dialético de transformação.

Diante de todo esse contexto histórico refletido vem ser um animo para seguir com empenho na profissão escolhida. Repensar novos caminhos para a intervenção cotidiana e ao mesmo tempo manter-se fiel ao projeto ético-político buscando a transformação societária pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Vanessa; VELOSO, Renato. **Gênero e Serviço Social: desafios a uma abordagem crítica**. São Paulo, Editora Saraiva, 2015.

CISNE, MIRLA. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, MIRLA. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **A questão social no capitalismo**. Temporalis/ ABEPSS, Brasília, v. 3, n. 2, p.9-32, jan. 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico metodológica. 19 ed. São Paulo, Editora Cortez, Celats, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. São Paulo, Editora Cortez, 1989.

QUEIROZ, F. (Org.). **POLITICAS SOCIAIS SERVIÇO SOCIAL E GENERO: Múltiplos Saberes**. Mossoró, UERN, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. Cadernos Marxistas. São Paulo, Xamã, 2001.

CARVALHO, Maria Irene; PINTO, Carvalho. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.121, 2015.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **Feminismo e Política Pública**. 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/251a46c2266356af4780MARIA%20ANTONIA%20CARDOSO_NASCIMENTO.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2017.